

## APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos ao público o mais novo número da **Opará – Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**. Apesar das inúmeras adversidades que marcaram o corrente ano, nós trabalhamos de maneira exaustiva para dar continuidade a nossa missão editorial de ser uma plataforma científica para a produção e circulação de conhecimentos sobre as realidades dos povos e comunidades tradicionais e dos movimentos sociais.

A pandemia da Covid-19 que enfrentamos no momento tem produzido efeitos catastróficos que ultrapassam o âmbito da saúde e das milhares de vidas ceifadas em decorrência de colapsos nos sistemas de saúde. Estamos falando de impactos econômicos que aceleraram e tornaram ainda mais evidente as desigualdades sociais históricas do nosso país, apontando que mesmo diante de um vírus invisível, aqueles que sempre estiveram marginalizados, como povos indígenas e quilombolas, estão ainda mais vulneráveis diante dessa nova ameaça. A pandemia trouxe também para o debate público a relevância do conhecimento científico vislumbrada, por exemplo, nas corridas transnacionais pela produção de vacinas, medicamentos e informações que possam ajudar no combate a essa doença. Paradoxalmente, assistimos nos últimos meses a profusão das chamadas *fake news* e o negacionismo instaurado como prática discursiva e política que tem gerado instabilidades e inseguranças junto a população em torno de onde buscar conhecimentos válidos não apenas sobre o vírus mas também sobre o momento que atravessamos.

A disputa por enunciados com efeitos de verdade que marca o período de crise política que atravessamos nos atinge de maneira pungente, por serem os direitos dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e demais segmentos considerados *indesejáveis* da sociedade brasileira, os primeiros a sofrerem com a abertura de zonas de ambiguidades e retrocessos políticos instauradas nesse momento de excessão. Nesse sentido, o presente número da **Opará** marca também uma posição nesse cenário, que é o da defesa e fortalecimento da Universidade como local de produção de conhecimentos científicos necessários para que a nossa sociedade avance cada vez mais na

direção da redução de desigualdades sociais, conformação de uma sociedade justa e pluriétnica. Como vocês verão, os artigos que compõem o presente número estão, portanto, alinhados com a perspectiva da efetivação dos direitos de minorias étnicas a partir do rigor científico que marca a atuação acadêmica de seus respectivos autores e autoras.

O relato de experiência desenvolvido por Orlando Berbel Garcia Filho e Sueli Santos Conceição intitulado **A Educação como Ferramenta de Promoção dos Direitos Humanos no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, Anexo do Colégio Estadual Machado de Assis** reflete sobre a educação em prisões e sua utilização como ferramenta de promoção em direitos humanos, a partir dos documentos legais que garantem o direito à educação, como a Constituição Federal de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Lei de Execução Penal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de Jovens e Adultos.

As pesquisadoras Paloma Teixeira Lopes e Aline Nascimento Santos Correia em seu texto **A Promoção dos Direitos Humanos e o Ensino de História: a Efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008** refletem sobre a relação da educação em direitos humanos e o ensino de história como elemento essencial para a construção de uma sociedade pautada no respeito à diversidade, à liberdade, à equidade e à cidadania, analisando os avanços e obstáculos da efetivação das leis nº 10.639/2003 e da lei nº 11.645/2008 no ensino de história e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

O trabalho **Cadê a Mãe? Ensaio Sobre a (In)Visibilidade a (Des)Valorização das Ekedes, Ajoieis, Iarobás e Makotas nas Narrativas Etnográficas das Comunidades de Terreiro** de Andrea Natividade Montenegro e André Luis Nascimento dos Santos abordam a questão de gênero nas Comunidades de Terreiro a partir do questionamento da (in)visibilidade e (des)valorização das Ekedes, Ajoieis, Iarobás e Makotas, em especial nos campos dos estudos afro-brasileiros, um silêncio que desconsidera a importância dessas mulheres na vida e na ação política das comunidades tradicionais de terreiros, algo que transcende o campo religioso e perpassa

inclusive o campo da gestão social, algo que transborda para dentro e para fora das suas respectivas comunidades.

No texto **Eu Tenho Um Nome e Quem Não Tem?! Sem Documento, Eu Não Sou Ninguém...: A Produção Acadêmica das Ciências Jurídicas Quanto ao Direito ao Nome Social das Pessoas Trans**, Danillo Bitencourt e Cristiane Sobrinho Costa abordam como as Ciências jurídicas têm fomentado a discussão sobre o reconhecimento do nome social como um ato de construção de identidade, cidadania e garantia de direitos.

No texto **Acervo da Laje: uma Possibilidade Multicultural de Educação em Direitos Humanos** de Adenilma Santana e Márcia Costa Misi, as autoras versam sobre uma interlocução entre multiculturalismo e Educação em Direitos Humanos, possibilitado através de uma pesquisa participante e estudos documentais sobre o Acervo da Laje, dialogando acerca da possibilidade multicultural de educação em direitos humanos e resgate artístico e cultural por meio de uma experiência que reúne obras de artes e produções culturais de “artistas invisibilizados” do subúrbio ferroviário de Salvador.

Desejamos boas leituras e reflexões!

Felipe Tuxá<sup>1</sup>

Cleonice Vergne<sup>2</sup>

Salomão Vergne<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Pesquisador Indígena do povo Tuxá. Professor na Universidade do Estado da Bahia (Campus VIII), Doutorando em Antropologia Social PPGAS/Dan/UnB e pesquisador da FIOCRUZ.

<sup>2</sup> Pós-doutoranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Possui doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo - USP (2004), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1990) e graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (1983). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenadora de Pesquisa do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA e do curso de Arqueologia da UNEB. Membro da Academia de Letras de Paulo Afonso-BA.

<sup>3</sup> Doutorando em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia - BA. Pós-graduação em Gestão Empresarial pela Faculdade Sete de Setembro - BA. Pós-graduando em Gestão em Saúde pela Uniasselvi. Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Tiradentes - SE. Professor Substituto da Universidade do Estado da Bahia. Professor dos cursos de Administração e Sistemas do Centro Universitário do Rio São Francisco - Unirios. Pesquisador Colaborador do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/BA - CAAPA, da Universidade do Estado da Bahia. Pesquisador do Centro de Pesquisa em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação - OPARÁ, da Universidade do Estado da Bahia. Membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana e do Conselho Regional de Administração/SE.